



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Sergipe

# Relatório de Gestão

2025

# SU MÁRIO



Clique nos numerais ou  
títulos para ser redirecionado  
aos capítulos

**11**

**Mensagem da  
Reitora**

**13**

**Visão geral  
organizacional e  
ambiente externo**

**28**

**Riscos,  
oportunidades e  
perspectivas**

**40**

**Governança,  
estratégia e  
desempenho**

**55** Gestão de Ensino

**61** Gestão da Inovação

**67** Gestão da Pesquisa,  
Extensão e Pós-graduação

**76** Gestão de Ensino a  
Distância

**78** Gestão de Pessoas

**86** Gestão da Tecnologia  
da Informação

**92** Gestão da  
Infraestrutura

**97** Gestão das  
Contratações

**100** Gestão da Assistência  
Estudantil

**103** Gestão da Informação  
Corporativa

**104** Gestão das Unidades  
Informacionais e  
Publicações

**106** Programas, Projetos e  
Iniciativas Estratégicas

**127**

**Informações  
orçamentárias,  
financeiras e  
contábeis**

**142**

**Anexos**

**Riscos,  
oportunidades e  
perspectivas**

2022

## 1. Visão geral do capítulo

Neste capítulo, são apresentados os principais riscos, oportunidades e perspectivas relacionados à atuação institucional do IFS, considerando fatores internos e externos que podem afetar a execução da estratégia, a continuidade das ações institucionais e a geração de valor público no curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, abordam-se os principais riscos gerenciados pelo IFS no processo de negócio “gerenciar riscos institucionais”, entendido como um processo transversal de gestão. Em 2025, essa atuação ocorreu de forma alinhada e integrada à formalização e à operacionalização da estratégia institucional, também com atenção às

oportunidades e às perspectivas identificadas para o médio e o longo prazo, em diferentes funções e políticas estratégicas.

## 2. Gestão do Financiamento para Desenvolvimento da Educação - Função Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil (PAE) executada no IFS, tem como finalidade atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo. Efetiva-se na basicamente por meio do

Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS).

No exercício 2025, foi realizado pela DIAE e equipes vinculadas nos Campi, com a orientação técnica do DGR/DPG/Prodin, o mapeamento de potenciais riscos aplicados à operacionalização da política estudantil na instituição. A atividade resultou no mapeamento de 21 (vinte e um) riscos da Assistência Estudantil (RAE), de diferentes categorias e temáticas, que passaram a compor o conjunto de riscos a ser gerenciado no biênio 2026-2027, a partir da execução de ações de prevenção e de contingenciamento pelas unidades responsáveis.

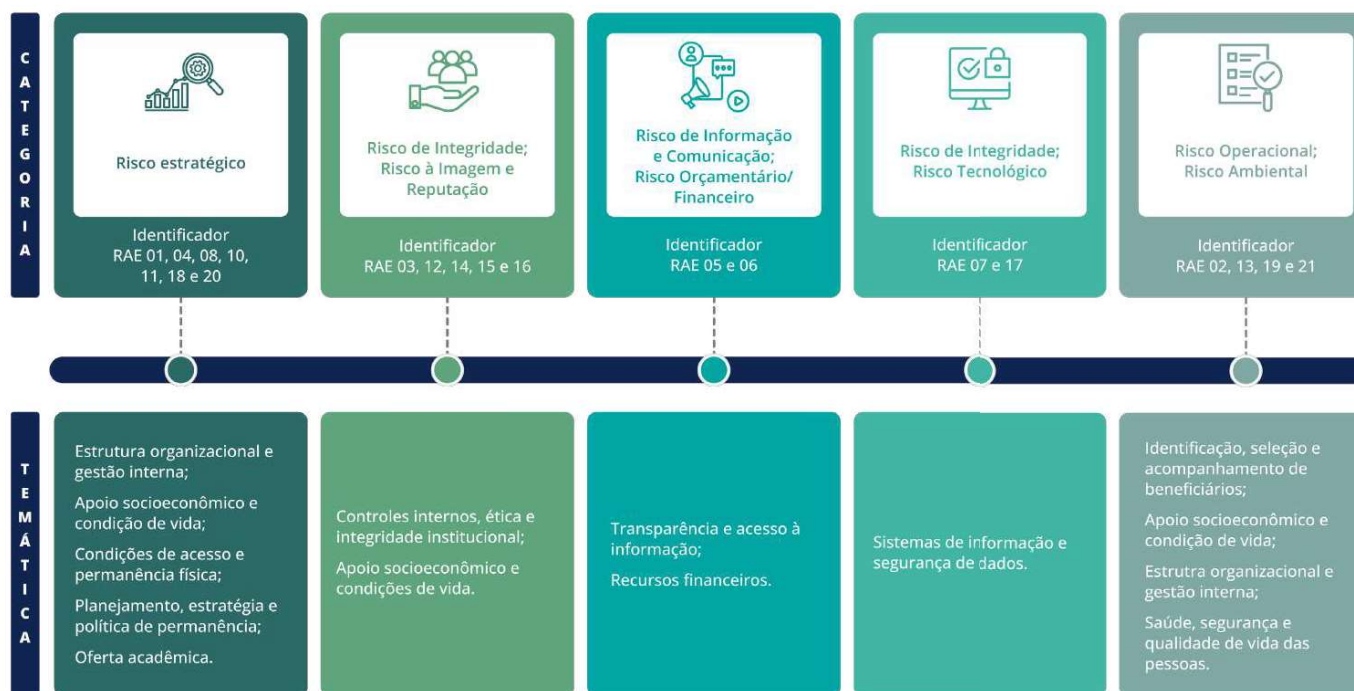


Figura 11: Visão geral dos riscos identificados, vinculados à assistência estudantil no IFS. Fonte: DGR (elaboração adaptada do ForRisco)

A ForRisco é uma ferramenta de código aberto desenvolvida pelo MEC em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para auxiliar instituições da Rede Federal de Educação no gerenciamento de riscos institucionais. Ela integra a Plataforma For, que também inclui o módulo ForPDI (focado no Plano de Desenvolvimento Institucional).

A implementação da ForRisco como recurso auxiliar foi iniciada em 2025, com iniciativa piloto na Assistência Estudantil, representando uma oportunidade para tornar efetivo o gerenciamento sistêmico de riscos institucionais, em face das funcionalidades da ferramenta:

- Permite organizar, analisar e monitorar riscos, associando-os a causas e consequências específicas.
- Facilita a criação e o acompanhamento de planos de gestão de riscos, vinculando-os a políticas institucionais e unidades responsáveis.
- Oferece visualizações dos níveis de risco mapeados e incidentes, fornecendo dados cruciais para a tomada de decisão de gestores.
- Busca uniformizar as práticas administrativas e aumentar a eficiência no controle dos riscos e ações mitigadoras.

Os 21 (vinte e um) riscos mapeados estão registrados na ForRisco vinculados às unidades gestoras conforme representam a Figura “Distribuição dos riscos da Assistência Estudantil por unidade e nível de risco” e a Figura “Matriz de Risco DIAE (ForRisco)”.

Como desafio de médio prazo (2026-2031) serão adotados acompanhamentos sistêmicos ao monitoramento dos riscos pelas unidades e treinamento e sensibilização ao adequado uso da ferramenta, buscando ampliar o número de políticas institucionais com efetiva gestão de riscos transversal aos processos de negócio relacionados.



Figura 12: Matriz de Risco DIAE (ForRisco).  
Fonte: ForRisco IFS (2025)

UNIDADE (QUANTIDADE)	BAIXO <5	MÉDIO ≥5 e <10	ALTO ≥10 e <15	EXTREMO ≥15
ARACAJU (03)	0	1	0	2
ESTÂNCIA (10)	0	3	5	2
ITABAIANA (09)	0	4	3	2
GLÓRIA (10)	1	3	4	2
LAGARTO (13)	0	1	2	10
POÇO (19)	1	9	5	4
PROPRIÁ (6)	0	1	2	3
T. BARRETO (08)	0	4	2	2
SOCORRO (05)	0	1	0	4
S.CRISTÓVÃO (06)	0	0	3	3
DIAE	0	1	2	12

Figura 13: Distribuição dos riscos da Assistência Estudantil por unidade e nível de risco.  
Fonte: ForRisco IFS (2025)

Acesse a plataforma ForRisco e conheça os mapas de riscos por unidade de gestão:  
[https://ifs.plataformafor.mec.gov.br/#/forrisco/reports/risk?\\_k=pcvdfv](https://ifs.plataformafor.mec.gov.br/#/forrisco/reports/risk?_k=pcvdfv)

### 3. Gestão do Planejamento e Orçamento Organizacional - Função Orçamentária e Financeira

No exercício 2025, fontes externas de risco, como as restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 12.448/2025, motivaram a formalização e execução do Plano de Continuidade Operacional Orçamentária (PCO), conforme a Deliberação CGIRC/IFS nº 59/2025, sob a gestão estratégica da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e em parceria com as unidades de gestão da Reitoria e dos Campi.

No Figura “Demonstrativo da gestão de riscos e controles internos aplicada à gestão orçamentária e financeira” são apresentados os resultados obtidos no âmbito da operacionalização do PCO, em face das medidas estratégicas, ações e diretrizes adotadas pela alta administração do IFS para mitigar os impactos das limitações no orçamento.



Figura 14: Demonstrativo da gestão de riscos e controles internos aplicada à gestão orçamentária e financeira no exercício 2025. Fonte: PROAD (adaptado do PCO)



Figura 15: Limites de empenho no exercício 2025. Fonte: PCO (PROAD)

A formalização e a execução do PCO em 100% das ações e diretrizes neles estabelecidas permitiram mitigar os impactos na imagem e reputação, legal e operacionais de forma sistêmica, assegurando a execução orçamentária responsável e estratégica ante os limites temporários de empenho impostos no exercício, conforme indicado na Figura “Limites de empenho no exercício 2025”.

De forma integrada, os resultados apresentados evidenciaram a efetividade das estratégias adotadas pela PROAD em parceria com os Campi, mesmo em um cenário de restrição orçamentária.

Tendo por base os resultados alcançados, o IFS reconhece a estratégia de elaboração e execução anual do Plano de Continuidade Operacional Orçamentária (PCO) no médio e longo prazos como instrumento de gestão útil para assegurar a continuidade operacional e a boa governança orçamentária do IFS.

Para saber mais sobre a gestão orçamentária e financeira do IFS e conhecer os planos anuais de Continuidade Orçamentária do IFS, acesse: <https://www.ifs.edu.br/orcamento-proad.html>.

IMPACTO DO RISCO	MEDIDAS ESTRATÉGICAS, AÇÕES E DIRETRIZES EXECUTADAS	RESPONSÁVEL (IS)
Paralisações com capacidade de impactar negativamente a imagem institucional perante a comunidade acadêmica e da sociedade;  Descumprimento de obrigações contratuais, passíveis de judicialização;  Interrupção e serviços que sustentam o funcionamento acadêmico e administrativo	• Elaboração/ aprovação do Plano de Continuidade Operacional Orçamentária (PCO) do Instituto Federal de Sergipe 2025 ( Deliberação CGIRC/IFS nº 59/2025)	PROAD/CGIRC
	• Definição de prazo limite para execução orçamentária pelas unidades (Campi), sob pena de recentralização dos saldos orçamentários não executados para redistribuição estratégica	PROAD
	• Definição de contratos e despesas prioritárias; • Redução de contratos estimados e globais; • Manutenção dos serviços essenciais, com renegociação de contratos por meio de aditivos de forma a adequar ao orçamento disponível; • Suspensão de novas contratações e aquisições, salvo casos essenciais; • Centralização de compras e padronização de demandas comuns entre unidades; • Suspensão de novas contratações e aquisições, salvo casos essenciais; • Centralização de compras e padronização de demandas comuns entre unidades; • Monitoramento contínuo de saldos orçamentários mensalmente, com envio de relatórios à PROAD; • Preservação da assistência estudantil	PROAD/CAMPI
	• Apresentação ao CGIRC, durante o primeiro trimestre do exercício 2026, dos resultados alcançados na execução do PCO	PROAD

Tabela 4: Principais impactos do risco orçamentário e iniciativas executadas.  
Fonte: PCO (PROAD)

#### 4. Gestão de Pessoas - Função Segurança do Trabalho

O IFS adota como principal instrumento de gestão de riscos ocupacionais o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Alinhado às normas regulamentadoras aplicáveis e às diretrizes de saúde e segurança no trabalho no serviço público federal, o programa é gerenciado pelo Núcleo Institucional de Segurança do Trabalho (NIST), subordinado à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin).

O NIST regularmente estrutura os mapas de riscos ocupacionais (anteriormente classificados como ambientais) por bloco e campus, a partir de avaliações ergonômicas qualitativas; diagnóstico de riscos psicossociais, por meio de questionários institucionais; e atuação técnica especializada em engenharia de segurança e saúde ocupacional, para outros aspectos relevantes: físicos, químicos e biológicos e acidentes, como exemplificados na Figura “Principais riscos ocupacionais e impactos sobre objetivos institucionais do IFS no exercício 2025”.

A atividade de mapeamento tem por foco as fontes internas: organização do trabalho, infraestrutura física, equipamentos técnicos, gestão de conflitos e cultura organizacional, e as fontes externas: legislação, orçamento público e exigências de órgãos de controle, as quais podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos, no exercício.

Com base nas evidências documentadas são propostas medidas de controle coletivo (EPC) e individual (EPI), e ações educativas e treinamentos em segurança do trabalho.

Como oportunidades de mitigação dos níveis de riscos (NR) a médio prazo, destacam-se: modernização de infraestrutura, uso de tecnologias ergonômicas e fortalecimento da imagem institucional.



Figura 16: Principais riscos ocupacionais e impactos sobre objetivos institucionais do IFS no exercício 2025.  
Fonte: NIST/PRODIN

Para saber mais sobre as iniciativas de gestão de riscos ocupacionais e práticas correlatas, acesse: <https://www.ifs.edu.br/seguranca-do-trabalho>

## 5. Gestão de Pessoas - Função Gestão e Desempenho de Pessoas

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD), gerido pela comissão instituída pela Portaria nº 3037/2024, é um indutor de melhoria do desempenho institucional, com foco na vinculação entre o trabalho dos participantes, as entregas das unidades e as estratégias organizacionais.

Para um monitoramento mais próximos aos servidores, o IFS instituiu a Comissão de Acompanhamento e Assessoramento do Programa de Gestão e Desempenho, por meio da Portaria nº 292/2025.

O PGD, como instrumento de operacionalização da política de gestão de pessoas, tem sua execução correlata ao processo de negócio “gerenciar o desempenho de pessoas”, estabelecido na arquitetura de processos da Cadeia de Valor do IFS (CVI/IFS).

O acompanhamento da sua execução é estratégia essencial para garantir a integridade, a eficiência e a transparência do programa, permitindo identificar oportunidades, principais riscos e perspectivas à sua efetividade no médio prazo, como represen-

tado na Figura “Riscos, Oportunidades e Perspectivas vinculados ao programa”.

Para acesso à transparência ativa aplicada ao programa: <https://www.ifs.edu.br/programa-de-gestao-teletrabalho2.html>

Para consultas à equipe de apoio do Núcleo do Programa de Gestão (NPG)/PROGEP, utilize o endereço eletrônico: [programadegestao@ifs.edu.br](mailto:programadegestao@ifs.edu.br)

## 6. Gestão de Logística Pública - Função Gestão de Contratações

A gestão de riscos destaca-se como componente essencial da governança das contratações, ao permitir a identificação, a análise e o tratamento de eventos que possam comprometer os resultados esperados.

A atuação da gestão frente a riscos relacionados ao planejamento, à execução contratual ou ao cumprimento de obrigações vem contribuindo para a mitigação de impactos à eficiência, à economicidade e à continuidade dos serviços públicos ofertados.

Relatórios de riscos vinculados ao Plano de Contratações Anual (PCA) vêm sendo elaborados e divulgados em conformidade com o disposto no Decreto nº 10.947/2022, evidenciando as etapas do processo de gestão apresentadas na Figura “Governança e monitoramento de riscos do PCA”.

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS	PERSPECTIVAS À EFETIVIDADE DO PGD A MÉDIO PRAZO
Maior agilidade na identificação das demandas	Interpretação divergente das normas do PGD, gerando práticas desiguais entre diferentes unidades	Verificação das entregas das unidades quanto ao alinhamento aos objetivos institucionais e de desenvolvimento sustentáveis
Assessoramento mais próximo ao servidor	Identificação de conflitos e não apresentação à Comissão Gestora ou PROGEP por receio de conflitos interpessoais	Capacitação aos membros da comissão sobre a melhoria das entregas institucionais
Customização da orientação, oferecendo soluções específicas nas unidades	Foco apenas no quantitativo do PES / PIT / RIT, ignorando os aspectos qualitativos desses instrumentos	Promoção da Gestão do Conhecimento, estimulando que as melhores entregas sejam compartilhadas entre os setores
Mediação na resolução de conflitos referentes ao PGD	Utilização dos dados de produtividade para fins que não sejam o assessoramento e a melhoria do programa	Adequação da atuação da comissão às recomendações dos Acórdãos do TCU
Compartilhamento de informações e boas práticas sobre o PGD nas reuniões da comissão	Desconhecimento ou pouco conhecimento sobre as recomendações do MGI quanto a elaboração do PES / PIT / RIT	Identificação de indicadores de produtividade a partir dos processos instruídos pela comissão

Figura 17: Riscos, Oportunidades e Perspectivas vinculados ao PGD.  
Fonte: NPG (Progep)



Figura 18: Governança e monitoramento de riscos do PCA.  
Fonte: PROAD

Em 2025, o gerenciamento dos principais riscos aplicado às contratações oportunizou a adoção de medidas preventivas e de contingência, como demonstradas na Figura “Principais riscos e medidas de tratamento exemplificativas”, com impacto positivo no cumprimento do cronograma anual. Das 84 contratações previstas, 70% foram concluídas ou estavam em andamento, cerca de 25% foram canceladas por conveniência e oportunidade, e as demais remanejadas para 2026.

São perspectivas/desafios para os exercícios subsequentes, o fortalecimento dos controles primários e a mitigação dos riscos a níveis dentro do limite de apetite a riscos do IFS, conforme estabelece a Deliberação nº 43/2023/CGIRC.

Para saber mais sobre as atividades de prevenção e contingenciamento de riscos, conheça os relatórios divulgados nos meses de julho, setembro e novembro de 2025, disponíveis para consulta na página de [Planejamento das Contratações do IFS](#).

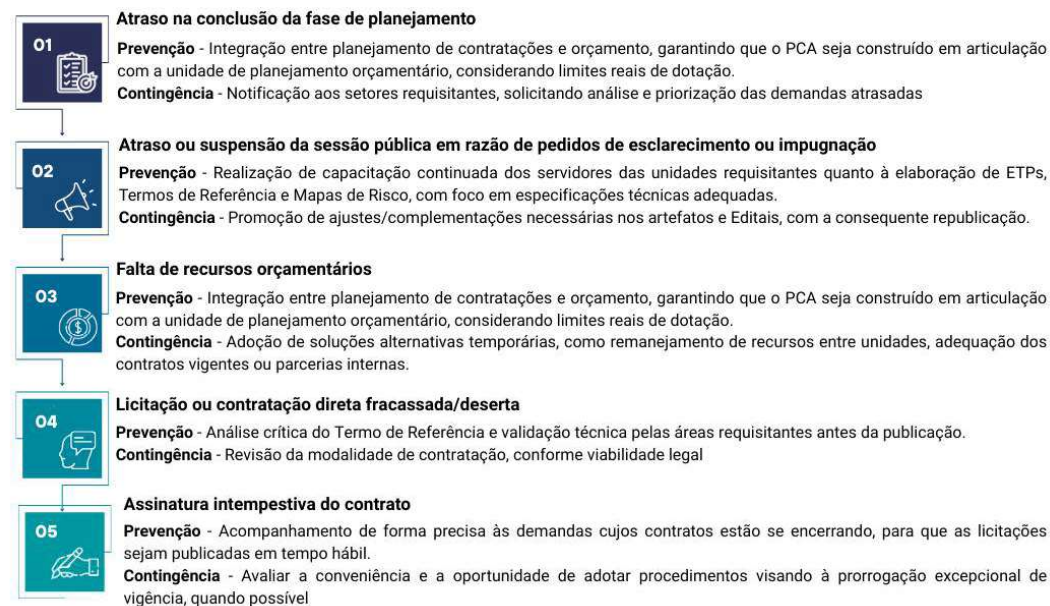


Figura 19: Principais riscos e medidas de tratamento exemplificativas  
Fonte: PROAD

IMPACTO	5	Muito alto					
	4	Alto					
3	Médio						
2	Baixo						
1	Muito baixo						
		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	
		1	2	3	4	5	
		PROBABILIDADE					
	5	Muito alto					
	4	Alto			05	01	
	3	Médio		04	02	03	
	2	Baixo					
	1	Muito baixo					

**Níveis de Risco**  
■ Baixo  
■ Médio  
■ Alto  
■ Muito alto

Figura 20: Matriz de riscos das contratações 2025  
Fonte: PROAD

## 7. Gestão do Desenvolvimento Institucional e da Inovação - Função Gestão da Estratégia

Em 2025, o IFS avançou na consolidação da estratégia de gestão de riscos institucionais com a formalização do Mapa de Riscos Estratégicos integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2031, estabelecendo medidas de controle estratégicas e mecanismos de monitoramento contínuo.

O documento, aprovado mediante a Deliberação nº 60/CGIRC/IFS/2025, consolida 42 (quarenta e dois) riscos negativos e 6 (seis) riscos positivos (oportunidades), identificados pela alta administração do IFS no período do processo de elaboração do PDI, levando em conta a dinâmica do ambiente interno e externo.

Como prioridades institucionais, destacaram-se a incorporação sistemática da análise de riscos ao ciclo anual de planejamento, o acompanhamento das medidas estratégicas de controle e a ampliação da transparência ativa das informações.

Na Figura “Extrato do Mapa de Riscos Estratégicos (positivos) do Planejamento Estratégico”, destacam-se os riscos positivos vinculados às perspectivas “processos internos” e “resultados à sociedade”. Representam oportunidades relacionadas à inovação, transformação digital, e fortalecimento da governança e das políticas institucionais.

Identificador	Objetivos Estratégicos	Principais Oportunidades	Fator de Risco	Medidas Estratégicas
RE23P	PI7 - Aperfeiçoar práticas de Governança e Gestão, ênfase em processos Institucionais	Articulação institucional junto à Rede Federal	16	• Participação ativa do IFS em fóruns temáticos
RE34P	RS10 - Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis	Expansão do Instituto Federal em Sergipe, com 02 novos campi	15	• Elaboração de estudos técnicos p/ ofertar cursos com expansão planejada/sustentável de campi
RE35P	RS10 - Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis	Oferta de cursos integrada com o mundo do trabalho	16	• Fomento à gestão de egressos; • Pactuação de ações junto aos arranjos produtivos locais.
RE41P	RS12 - Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, (...).	Estímulo à economia solidária	20	• Fomento a incubadoras sociais • Oferta de FIC s/ cooperativismo
RE44P	RS12 - Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, (...).	Desenvolvimento de projetos inovadores e em fomento ao empreendedorismo	16	• Fomento a projetos integradores voltados à inovação e ao empreendedorismo institucional
RE48P	RS13 - Ampliar o acesso, a permanência e o êxito na educação profissional e tecnológica (...).	Internacionalização e Mobilidade acadêmica	16	• Estabelecimento de convênios com instituições estrangeiras.

Figura 21: Extrato Mapa de Riscos Estratégicos (Positivos) do Planejamento Estratégico do IFS/2026-2031  
Fonte: Mapa de Riscos Estratégicos (PDI 2026-2031)

A Figura “Extrato Mapa de Riscos Estratégicos (negativos) do Planejamento Estratégico”, exemplifica riscos negativos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos diretamente relacionados com a atividade-fim da instituição. Concentram-se em eventos com potencial de impactar os resultados de curto e médio prazo, em face de ameaças como restrições orçamentárias, fragilidades de conformidade, descontinuidade de processos e situações afins.

Para o médio e longo prazos, as perspectivas, apontam para o aprimoramento da maturidade em gestão de riscos com a utilização da ferramenta ForRisco, com ênfase na integração entre planejamento, programas e processos de trabalho, e monitoramento e revisões periódicas mais eficazes, visando elevar a capacidade e o desempenho institucionais.

Para conhecer o mapa de riscos estratégicos na íntegra, acesse:  
**Deliberação nº 60/CGIRC/IFS** em [https://sig.ifs.edu.br/sighr/public/colegiados/filtro\\_busca.jsf](https://sig.ifs.edu.br/sighr/public/colegiados/filtro_busca.jsf)  
**Resolução CS/IFS nº 336/2025** – Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFS para o interstício 2026 a 2031, em: <https://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional-do-ifs.html>

RESULTADOS SOCIAIS	Identificador	Objetivos Estratégicos	Principais Oportunidades	Fator de Risco	Medidas Estratégicas	Identificador	Objetivos Estratégicos	Principais Oportunidades	Fator de Risco	Medidas Estratégicas
		RE33N	RS10 - Promover a oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades observando a diversidade, inclusão e sustentabilidade	Baixa efetividade da formação técnica e acadêmica	16	• Planejamento educacional territorializado e participativo.	RE42N	RS12 - Fortalecer a inovação e o empreendedorismo institucionalmente, contribuindo para a formação profissional e as diferentes formas de organização do trabalho, visando a transformação social	Resistência a novos processos e soluções	15
	RE36N	Contribuição à exclusão de públicos vulneráveis		16	• Fortalecimento da implementação política e núcleo de proteção da propriedade intelectual.	RE43N	Baixa geração de produtos e serviços inovadores		15	• Estruturação e manutenção de ambientes de inovação (NITS, incubadoras).
	RE37N	Desconexão entre temáticas de pesquisas e problemas sociais	15	• Estímulo a pesquisa aplicada com a publicação de editais internos e parcerias com comunidades locais.	RE44N	Desenvolvimento de projetos inovadores e em fomento ao empreendedorismo pulverizados	16		• Fomento aos projetos integradores que potencializem a inovação e o empreendedorismo institucional.	
	RE38N	RS11 - Fortalecer a pesquisa e a extensão nos diferentes níveis e modalidades de ensino para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e territorial, contemplando os objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS)	Apropriação indevida de propriedade intelectual	15	• Aprimoramento das práticas de gestão realizadas pelo núcleo de proteção da propriedade intelectual.	RE45N	Não avaliação da PNAES com base em evidências e indicadores		15	• Desenvolvimento e implementação de indicadores institucionais de desempenho do PNAES
	RE39N		Práticas de extensão dissociadas dos interesses sociais	15	• Implantação de mecanismos de escuta social e articulação com atores externos orientados à formalização de projetos de extensão (...)	RE46N	Não atendimento com equidade a estudantes de maior vulnerabilidade		20	• Participação ativa em fóruns e articulações nacionais para reforço da pauta da ampliação de recursos para a assistência estudantil.
	RE40N		Curricularização da extensão não contemplada legalmente como prática pedagógica estratégica	20	• Formalização/atualização de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) superiores para cumprimento da curricularização da extensão;	RE47N	Implementação inadequada da política de assistência estudantil		15	• Realização de diagnósticos periódicos com base em dados socioeconômicos, culturais, regionais e pedagógicos; • Promoção de escuta ativa dos estudantes; • Promoção

Figura 22: Extrato Mapa de Riscos Estratégicos (Negativos) do Planejamento Estratégico IFS 2026-2031  
 Fonte: Mapa de Riscos Estratégicos (PDI 2026-2031)

## 8. Gestão de Controles e de Segurança Institucional - Função Gestão da Integridade e Proteção de Dados

A gestão da integridade no âmbito do IFS é exercida pela Unidade de Gestão da Integridade, instância de apoio à governança interna, subordinada ao Gabinete da Reitoria.

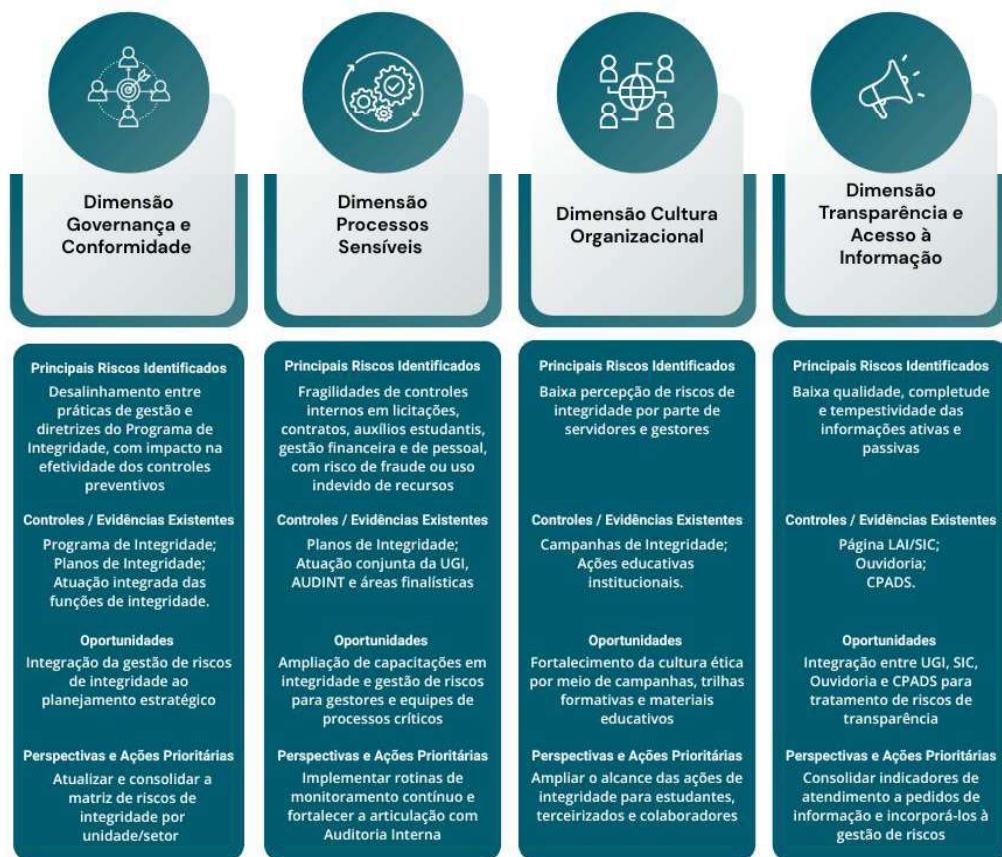


Figura 23: Eixo de atuação Gestão da Integridade.  
Fonte: Mapa de Riscos Estratégicos (PDI 2026-2031)

No exercício 2025, a atuação da unidade ocorreu de forma integrada com as instâncias que executam funções de integridade no IFS, com foco nos principais riscos, controles preventivos, oportunidades e perspectivas e ações prioritárias conforme dimensões apresentadas nas figuras "Eixo de atuação Gestão da Integridade e "Eixo de atuação Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

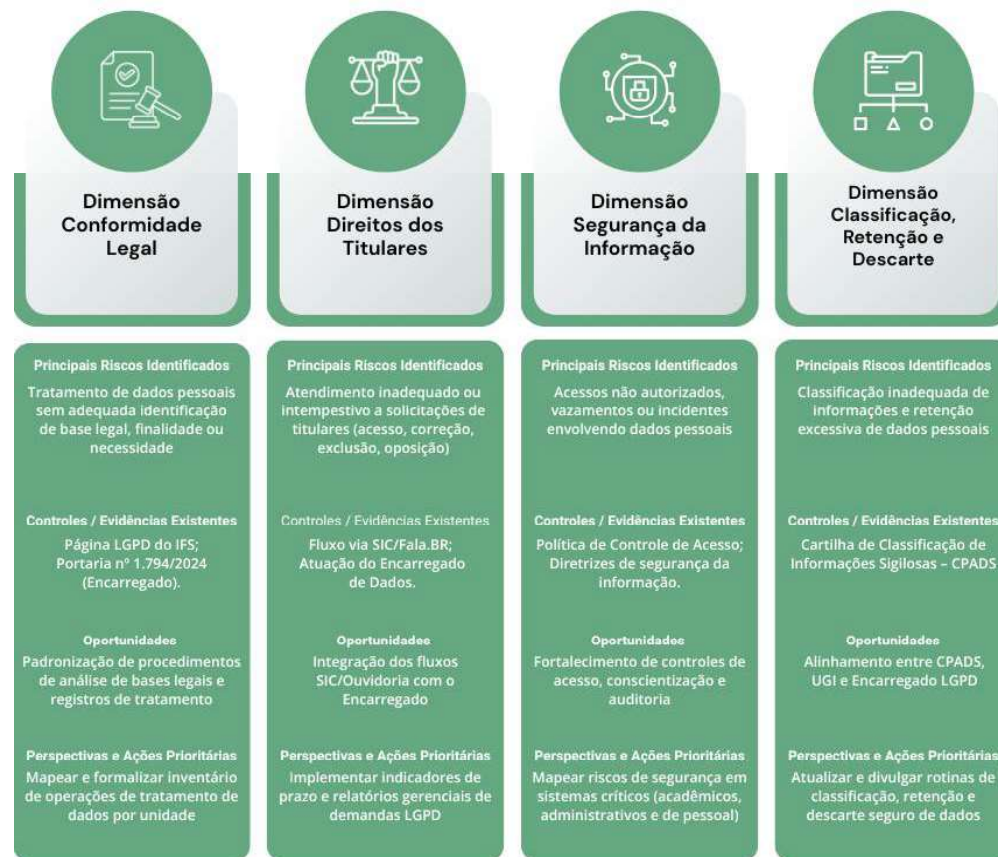
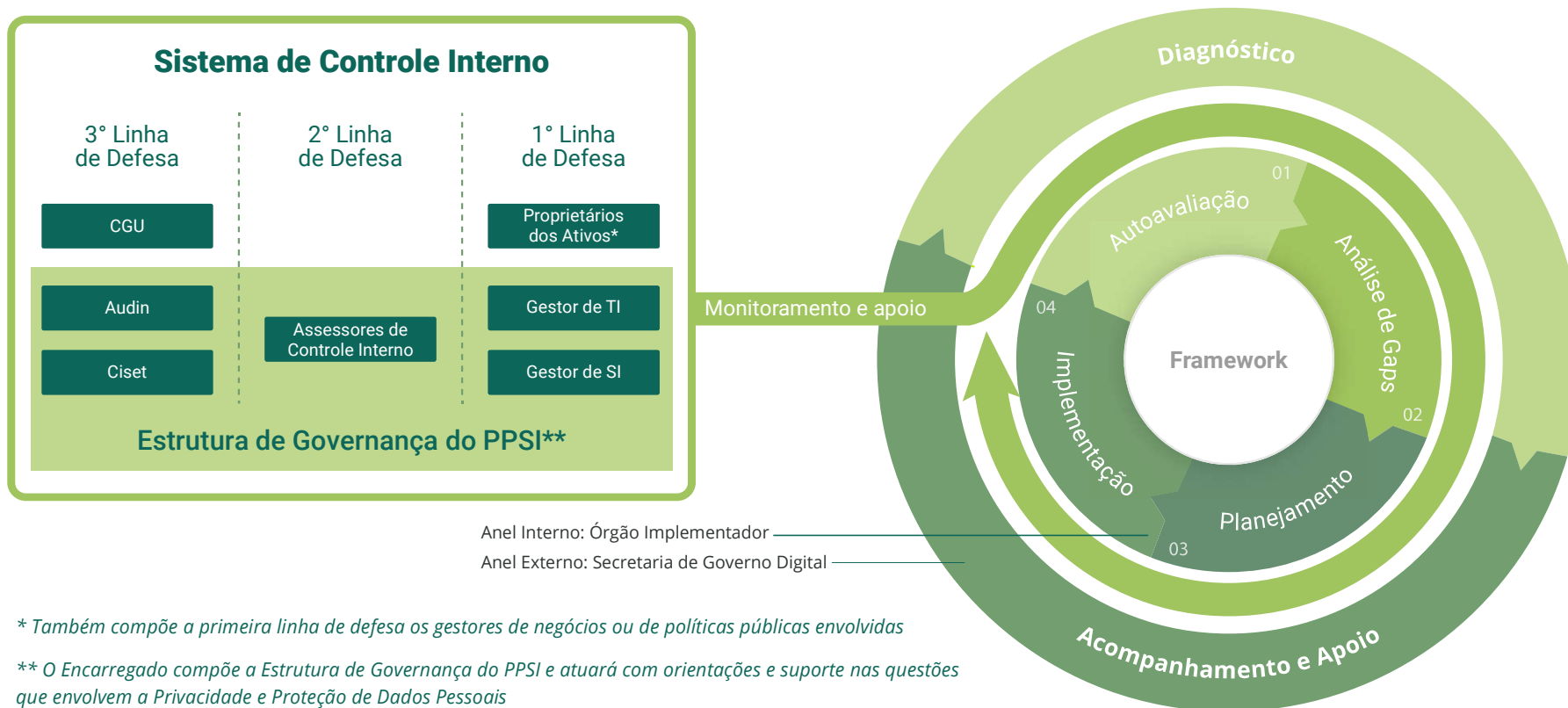


Figura 24: Eixo de atuação Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).  
Fonte: Mapa de Riscos Estratégicos (PDI 2026-2031)

## 9. Gestão de Controles e de Segurança Institucional - Função Gestão da Segurança Institucional/Gestão da Avaliação de Controles Internos

No contexto da gestão de controles e de segurança institucional o IFS operacionalizou o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) estabelecido pela Portaria SGD/MGI N° 852/2023, em conformidade com a metodologia de implementação do Framework e os ciclos estabelecidos até o exercício 2025. O PPSI busca garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, assegurando o seu uso adequado e a mitigação de riscos à segurança da informação, bem como o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outra normas vigentes.



\* Também compõe a primeira linha de defesa os gestores de negócios ou de políticas públicas envolvidas

\*\* O Encarregado compõe a Estrutura de Governança do PPSI e atuará com orientações e suporte nas questões que envolvem a Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Figura 25: Metodologia de Implementação do Framework.  
Fonte: SGD/MGI (2023)

A instituição formal do PPSI no IFS, ocorreu por meio da Deliberação CGSIC/ IFS nº 18, de 30 de junho de 2025, ratificando o seu compromisso com o cumprimento de instrumentos normativos e a adoção de boas práticas.

Com a versão 2.0 do PPSI estabelecida pela Portaria SGD/MGI nº 9.511/2025 para vigência a partir de 2026, os ciclos a serem desenvolvidos representam oportunidades e desafios ao IFS, como o aperfeiçoamento da estrutura de governança do programa, bem como o fortalecimento do monitoramento das ações de controle, em conformidade com os indicadores estabelecidos: IBase (afere medidas de estruturação básica para governança e de instrumentos fundamentais de privacidade e segurança da informação), ISeg (afere medidas de segurança da informação), IPriv (afere medidas de privacidade).



Figura 26: Estrutura de Governança do PPSI / IFS.  
Fonte: DTI (2025)

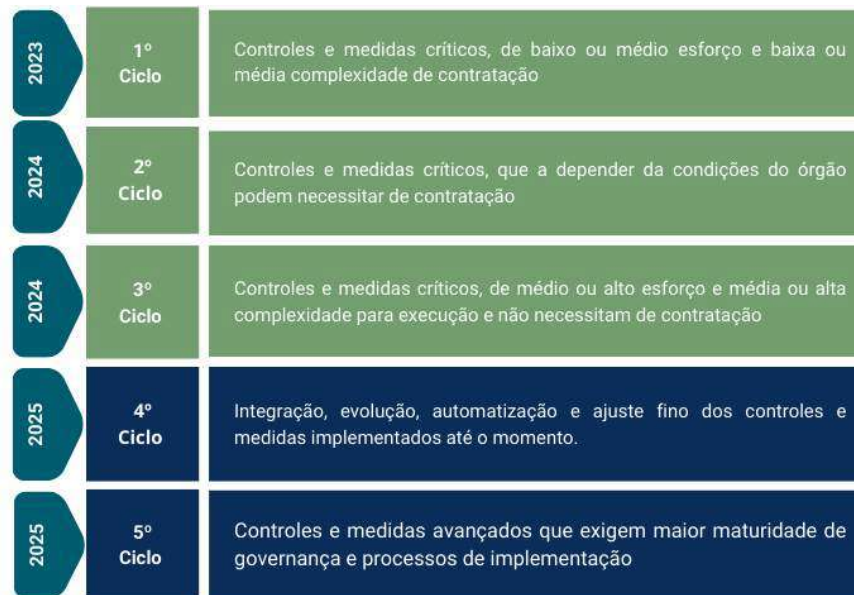


Figura 27: Ciclos de implementação do Framework de Privacidade e Segurança da Informação até 2025.  
Fonte: DTI (2024)